



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - TRANSCRIÇÃO

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATAS



ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO PLENÁRIA DA COMISSÃO DA CIPE RIO DOCE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Henrique, Bonifácio Mourão, Hélio Gomes e José Henrique, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e a Deputada Luzia Toledo, Coordenadora da Cipe Rio Doce, e os Deputados Josias da Vitória e Dary Pagung, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente “ad hoc”, Deputada Luzia Toledo, declara aberta a reunião e faz a leitura da ata da última reunião plenária, a qual é aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidente informa ainda que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Cipe Rio Doce para o biênio 2011-2012 e aprovar o plano de trabalho da Comissão para o referido biênio. A seguir, a Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, e convida o Deputado José Henrique para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se a eleição para Presidente da Deputada Rosângela Reis, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais e, para Vice-Presidente, do Deputado Dary Pagung, pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ambos com oito votos. A Presidente “ad hoc” declara empossada a Presidente eleita, Deputada Rosângela Reis, que assume a direção dos trabalhos e dá posse ao Vice-Presidente, Deputado Dary Pagung. Em seguida, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, submete à discussão e votação o plano de trabalho da Comissão para o biênio 2011-2012, o qual é aprovado pelos membros da Comissão presentes. Registra-se a presença dos Srs. Eberhard Hans Aichinger, Conselheiro do Instituto Estrada Real; Francisco Diomar Forza, Sedurb-ES; João Clímaco, Membro dos Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, hoje, dia 14/07/2011, às 14:30 no Auditório desta Casa, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de julho de 2011.

Rosângela Reis, Presidente – José Henrique.

Pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo: Luzia Toledo.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 12/7/2011

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para fazer um relato e também confessar a minha admiração pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que comemorou os seus 80 anos. Toda a Nação, toda a classe política lembrou os 80 anos de Fernando Henrique. Temos de confessar a nossa admiração pelo ex-Presidente, que iniciou o processo de administração democrática de um país inspirado na filosofia e na doutrina administrativa da social democracia brasileira, da qual foi um dos fundadores, com muitos mineiros ilustres. Entre esses incluímos o nosso grande ex-Governador Aécio Neves, que tem feito crescer o time do PSDB em Minas Gerais, a ponto de já estar no terceiro lustro de governo do PSDB neste Estado, e que trouxe a visão da social democracia, o Estado da razoabilidade, o Estado que procura ser regulador da vida dos mineiros. Assim Fernando



Henrique fez durante os seus oito anos de mandato. Ele pegou o Brasil em uma situação crítica, e - olhem bem o que estou dizendo - o FMI, um banco de fundo internacional, que está sob a égide do neoliberalismo, em que o Estado é regulado pelo mercado, até alertou. Nessa circunstância, ele conseguiu, paradoxalmente por meio das próprias instruções do FMI, chamar os 23 Governadores do PMDB eleitos com ele e os outros e solicitou que equilibrássemos as contas do País, porque estávamos em direção do abismo em relação a uma inflação cada vez mais crescente. Lógico que nosso conterrâneo Itamar Franco - quantas vezes aqui o critiquei - também teve a mão firme para ajudar no Plano Real. E ele caiu nas mãos de Fernando Henrique, que tinha uma visão de convivência, às vezes na França, às vezes no Brasil.

Fernando Henrique desceu a Cordilheira dos Andes perseguido pela revolução, juntamente com seus companheiros - até com a nossa grande Presidente Dilma - nessa corrida para o exílio. Ele encontrou a França, que já conhecia, o berço da democracia, até porque ocorreu lá a Revolução Francesa, grande marco da modernidade. Tal revolução provocou a Declaração dos Direitos Humanos, a Declaração do Cidadão. Isso foi o início de uma caminhada contra a submissão do cidadão, uma caminhada para a inauguração de uma nova era e para a consolidação da emancipação do homem, do "antropo", aquele que precisa ser conhecido em sua natureza. Com o conhecimento acadêmico, o conhecimento com vocação pela política de Fernando Henrique, sociólogo de renome internacional, o Brasil teve o privilégio de viver com um Congresso Nacional plenamente eleito pelo povo, tanto é fato que havia 20, e a maioria sempre foi do PMDB. O PSDB também cresceu muito naquela época. O PT fez sua parte para opor, às vezes até de forma radical, mas isso tudo foi importante para a álgebra da política, para se construir um país realmente democrático. Depois de quatro anos, havia um certo afrouxamento da inflação e também um acerto de contas com o FMI. Os próprios Estados estavam com suas contas mais ou menos se equilibrando. Havia realmente muita corrupção, mas ela foi diminuindo.

E jamais ele contestou a imprensa, que sempre foi livre para propugnar, proclamar o que fosse a verdade e as circunstâncias do Brasil. E o País caminhou a passos largos, como ele disse no próprio livro do PSDB, "Avança Brasil". Era uma visão sociológica, onde os indicadores sociais seriam o meio mais importante para que o brasileiro tivesse mais direito, mais igualdade, inspirado na Revolução Francesa: igualdade de oportunidade, liberdade no limite da lei justa. Uma visão onde os princípios da diferença orientavam o seu governo para a redução das desigualdades, dando oportunidade à maioria dos brasileiros. Logicamente, num primeiro momento, foi difícil implantar essa filosofia, porque estávamos em uma situação difícil da vida brasileira, com as desigualdades cada vez maiores, geradas por esse neoliberalismo que consome cada um dos brasileiros. O capital esteve sempre nas mãos de poucos, o dinheiro nas mãos dos bancos, dos grandes banqueiros, dos grandes empresários do mundo, com um capital transnacional obstruindo a evolução dos países semidesenvolvidos. Esse seria o caso do Brasil, mas Fernando Henrique, com sua mão firme e com sua visão de homem justo, de homem público e acadêmico, conhecia a necessidade do povo. Muitas vezes ele foi mal-interpretado, porque a convivência popular não é tão fácil assim para um Presidente desse naipe. Sabemos disso, porque ele é acadêmico, estava na França e, ao mesmo tempo, no Brasil. Percorreu o mundo, mas já tinha conhecimento, por meio de sua vida acadêmica, de qual era a situação do mundo. E nessa álgebra, para colocar o Brasil, que estava entre os países em subdesenvolvimento, com a inflação controlada, procurou dar uma vida digna a todo cidadão, o que não foi muito fácil, até mesmo por se tratar de um país extremamente democrático, onde a Oposição o proclamou como o gênio do mal. No entanto não foi assim. Tenho também de prestar uma homenagem ao Lula. Faço uma síntese desses Presidentes até a Dilma Rousseff.

A nossa esperança não acaba de construir um país melhor, mas temos de dar a César o que é de César, e Fernando Henrique foi o grande pioneiro da democracia, nessa busca de oportunidades para todos, melhorando a condição do pobre. Com sua mulher, que também era intelectual, mas tinha uma visão humanística da vida, criou todos esses programas sociais, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Família, na síntese de um lema só: a comunidade solidária. Depois veio o Lula, que dividiu esse lema em vários sublemas, e convivemos com o Fome Zero, o Bolsa-Família, o Bolsa-Escola. Então não podemos procurar as hostilidades entre os partidos, procurar não debater a personagem de cada um. E estou falando sobre a personagem de Fernando Henrique, porque ele completou 80 anos. Hoje ele não ocupa um cargo público, mas é tido como parâmetro de homem público, que pode ainda nos inventar muito no partido do PSDB, em que pese sermos do PV. Mas isso não tem importância, porque ele é importante para todos os brasileiros.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, Deputado Hely Tarquínio. V. Exa. repete um discurso que fazia durante os anos de governo do Fernando Henrique Cardoso. Nós, do PSDB, naquele momento, estávamos debaixo de uma grande oposição, de uma campanha golpista, chamada de Fora FHC e perpetrada contra o ex- Presidente. Isso fez com que a cidade toda ficasse pichada. Foi uma campanha sórdida contra o PSDB e contra a figura do nosso Presidente. Naquele momento, Deputado Hely Tarquínio, V. Exa. sempre ocupava esta tribuna para reconhecer o papel do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o papel do PSDB, num momento em que tínhamos dificuldades de falar, tal era a Oposição, tal era a manifestação golpista da Oposição contra o Presidente. V. Exa. tinha coragem de subir a essa tribuna e falar da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando todos eram contra ela, num momento em que havia uma verdadeira farra, com Prefeitos e Governadores gastando mais que arrecadavam. O Presidente Fernando Henrique Cardoso organizou este país, trouxe os marcos regulatórios de uma Nação, de um Estado. V. Exa., naquele momento, reconhecia isso. Quero ressaltar o seu papel, naquele momento, de reconhecimento, assim como nossa falta de coragem. Aqueles ensinamentos nos trouxeram coragem para hoje defendermos a bandeira da social democracia, as bandeiras do PSDB, para não aceitarmos mais golpes como aqueles contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso. No primeiro momento de seu governo, foi cantado: "Fora FHC!". Isso foi feito contra nosso Presidente. Hoje estamos aqui numa trincheira. Não permitiremos mais golpes contra o PSDB, contra o governo, contra os aliados da social democracia em nosso país. Parabéns, Deputado Hely Tarquínio. Valeria a pena resgatarmos aquele discurso de V. Exa. no qual se reconhece o papel histórico do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Outro dia o Ministro Jobim, do PMDB, dizia que nunca ouviu o Presidente Fernando Henrique Cardoso levantar a voz contra qualquer parlamentar, contra qualquer cidadão. O Presidente Fernando Henrique Cardoso nos deixa uma lição. Apesar da Oposição golpista, que tentou riscar a história do Presidente Fernando Henrique Cardoso e do PSDB do Brasil, esta permanece forte porque está aí um Brasil organizado, processo que se iniciou, claro, o que temos de reconhecer, por Itamar Franco, mas que foi fortalecido e revigorado pelo Presidente Fernando Henrique

Cardoso. Parabéns a V. Exa. Quero resgatar seus discursos naqueles momentos sombrios de verdadeira perseguição contra o PSDB e contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Parabéns, Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço o aparte de nosso querido Deputado João Leite. Enquanto o Deputado Rômulo espera um pouco, quero reafirmar dois marcos do governo. Um foi a Lei de Responsabilidade Fiscal. Houve ainda um alerta a todos os Governadores pedindo que o País avançasse com acerto de contas pelos três Poderes nos Estados. Somente depois a União poderia avaliar os empréstimos internacionais para cada Estado. Aí começou o primeiro passo. O segundo passo foi a criação, depois de equilibradas as contas, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Precisamos de uma reforma tributária adequada, baseada em um pacto federativo multiforme para atender às diferenças bastantes específicas de cada Estado de um País tão grande como o Brasil. Precisamos disso. O pacto federativo é importante. Quanto à reforma político-partidária, o Congresso está sonolento, anestesiado. Não o Lula, mas a nossa Presidente Dilma Rousseff precisa dar um passo decisivo para as coisas acontecerem.

Essas reformas são muito interessantes. É preciso votar a Emenda nº 29, que é tão importante para especificar os gastos com a saúde. O segundo marco ainda se encontra um pouco frustrado porque ficou no papel. As agências de regulação constituem os meios de diagnóstico, de acompanhamento da Nação, acompanhamento de infraestruturas, de estradas, das nossas riquezas de subsolo. Essas agências não têm funcionado porque muitas vezes estão nas mãos de políticos tradicionais, que não possuem certas capacidades, ainda pensam em fazer política eleitoral de votos. Está cheio deles o Congresso Nacional. Nossa Presidente Dilma tem mostrado muita lucidez. Ela vai conseguir, com jeito, embora seja muito difícil, vencer esses vícios, e temos o Presidente do Senado.

É uma crítica que tem de ser feita. Historicamente, há quantos anos lá? Ele é que controla muitas agências de regulação. Sem dúvida, o Maranhão é o Estado mais atrasado do Brasil. Então, precisamos corrigir essas distorções. Temos de ter coragem para fazer diagnósticos da conduta de certos políticos que existem lá. As agências de regulação não avançaram porque são discutidas para dar para cabo eleitoral, que tem voto, e são o mecanismo mais importante para começar a pôr o Brasil nos trilhos. Mas tenho fé na Dilma Rousseff, porque ela já fez esse diagnóstico, mas ainda não encontrou o jeito de resolver.

Por isso, queria homenagear o Presidente Fernando Henrique por esse marco, que estamos precisando completar do ponto de vista de que o pensamento tem de ser acompanhado pelas ações e pelos projetos. E os governos ainda estão devendo ao Brasil o projeto das agências de regulação.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Parabenizo V. Exa., Deputado Hely Tarquínio, porque faz aqui um pronunciamento histórico, político e administrativo, dando destaque e ênfase a um grande administrador, o saudoso e querido ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Lamento que o ex-Presidente Lula o tenha ofendido de forma muito expressiva dizendo que ele deixou herança maldita. Não caminhamos dessa forma, mas temos de alertar a população.

Veja esta matéria do “Estado de Minas”, sobre as obras que Dilma inaugurou e esqueceu. Ao lado de Lula, o PAC praticamente empacou. Universidades inacabadas, casas condenadas, rodovias com apenas uma camada de asfalto e projeto de irrigação pela metade são heranças deixadas pelo ex-Presidente na corrida eleitoral.

Temos que lamentar essa pecha e queremos saber que herança é essa que Lula deixou para Dilma em que, com seis meses de governo, dois Ministros já caíram. E fala que esperemos que as coisas melhorem cada vez mais.

O Deputado Hely Tarquínio - Para terminar, fica aqui a nossa homenagem ao grande timoneiro Fernando Henrique. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares, telespectadores da TV Assembleia. O Deputado Hely Tarquínio veio fazer uma homenagem aos 80 anos do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, mas venho, Sr. Presidente, para fazer uma homenagem póstuma ao ex-Presidente Itamar Franco, que faleceu há poucos dias, consternando toda Minas Gerais e todo o País e deixando uma imagem invejável no Brasil, graças à sua postura como homem público, à sua retidão, à sua honestidade e ao grande trabalho que fez no curto espaço de tempo em que esteve como Presidente da República, em benefício do nosso país. Considero até um dever meu fazer esta homenagem, uma vez que tive convivência com o ex-Presidente Itamar Franco quando era Presidente. Durante seu governo, fui Presidente do Inamps a seu convite, convivi com ele durante esse período e pude conhecê-lo bem. Mas, na realidade, a minha convivência com ele começou anteriormente, em 1986, quando disputou a governadoria do Estado com o ex-Governador Newton Cardoso, e o vencedor foi Newton Cardoso.

Eu, mesmo sendo do PMDB, que era o partido do ex-Governador Newton Cardoso, juntamente com alguns companheiros abrimos uma dissidência, coisa difícil, complicada, para apoiar o então candidato Itamar Franco. Fui candidato a Deputado Federal pela segunda vez. Fui eleito, mas foi a eleição mais difícil que disputei na minha vida. O PMDB naquele tempo se encontrava em grande alta, com uma votação gigantesca, magistral, no País inteiro, mesmo assim eu e alguns candidatos tivemos essa postura de não apoiar o candidato do PMDB e apoiar Itamar Franco. Ocorreu que ele perdeu a eleição, mas travamos um conhecimento maior durante aquela campanha eleitoral.

Depois, Itamar Franco assumiu a Presidência, por ter sido o Vice-Presidente de Collor, que sofreu o “impeachment”, num momento muito difícil do nosso País, difícilíssimo. Consegui, com muita sabedoria, segurança, mineiridade, levar o País a uma boa direção, superando as crises políticas, econômicas, de credibilidade, que havia no povo brasileiro naquele momento. O povo inteiro saiu às ruas, pintando os rostos em sinal de protesto contra a bandalheira que acontecia. O Presidente Itamar Franco assumiu dentro dessa difícil realidade.

Meu caro Deputado Rômulo Viegas, quando Itamar Franco assumiu a Presidência da República, convidou-me para assumir o Inamps, que era o instituto de saúde da Previdência Social, era o plano de saúde dos previdenciários do Brasil. Então, toda a população previdenciária do Brasil que tinha carteira assinada tinha a carteira do Inamps, e aquilo valia como um plano de saúde. Quem tivesse a carteirinha poderia fazer a sua consulta no posto de saúde, no hospital, porque tinha o seu plano de saúde. Convidou-me, então, para ser Presidente do Inamps. Eu havia sido, anteriormente, relator da saúde na Constituinte, quando se criou o SUS, que foi uma grande conquista da sociedade brasileira. Talvez tenha sido uma das políticas de inclusão social das maiores que o Brasil já



fez até hoje, pois colocou dentro da cidadania milhões e milhões de brasileiros que eram considerados indigentes. Contemplava a população que não tinha carteira assinada, que trabalhava na informalidade ou estava desempregada, que não tinha direito a absolutamente nada que dizia respeito à saúde. Eram rotulados de indigentes. Os nossos hospitais, pelo Brasil inteiro, principalmente as santas casas nas nossas cidades, todas tinham as enfermarias de homens e de mulheres. Ali se acumulavam os pacientes que não tinham direito a nada e que eram rotulados de indigentes. Nem direito a reclamar tinham, pois não havia nenhuma lei que os protegesse. Portanto, se um hospital, se um posto de saúde não os atendesse, como acontecia muito, não podiam fazer nada porque não havia nenhuma lei que lhes desse essa garantia.

Então, como tinha sido relator da saúde na Constituinte, eu disse ao Presidente Itamar Franco que o Inamps era o plano de saúde de quem paga, de quem tinha a carteirinha e que eu defendia o SUS, que é o plano de saúde da população brasileira, essa que não tem recurso, que não tem carteirinha, que não tem direito nenhum. O Presidente se impressionou com isso e disse que era muito estranho ouvir isso de mim. Poderia dizer que não aceitava e pronto. Com toda tranquilidade e serenidade, ele me disse: “Pode assumir e, se durante o andar da carruagem conseguir me convencer de que está certo, extinguiremos o Inamps”.

Explicarei o que era o Inamps quando assumi a sua Presidência. Na ocasião, o Inamps era o terceiro orçamento do País. Para atender a saúde da população brasileira previdenciária, ou seja, os que possuíam carteirinha, o instituto tinha o orçamento que, transformado em reais hoje, equivaleria a R\$80.000.000.000,00, sendo que o atual orçamento do Ministério da Saúde para atender a população de todo o Brasil é de R\$60.000.000.000,00. Falo de 20 anos atrás. O orçamento do Inamps era um exagero. E então dizíamos: por quê? Porque atendia muito bem a população? Não, infelizmente não. Lamentavelmente, era um antro de roubo e de corrupção. Naturalmente, devo poupar os funcionários do Inamps, enfermeiras e médicos que trabalhavam muito bem, com dedicação. Mas o Inamps tinha incrustada em seu sistema uma engrenagem de corrupção muito grande.

O Ministro Jatene se referia às AIHs em uma definição histórica. Dizia: “Isso aqui são cheques em branco que nós, o Brasil, distribuimos a todos os Municípios brasileiros para serem preenchidos com bem entenderem”. Depois, o Brasil pagaria a conta. Eram os famosos cheques em branco que o Ministro Adib Jatene posteriormente relatou; melhor, anteriormente, pois o Ministro Jatene havia sido Ministro do ex-Presidente Collor.

Darei outro exemplo para mostrar como era o Inamps. Na ocasião, o instituto podia internar um percentual da população do Brasil nos hospitais brasileiros. Como havia exageros absurdos, inconcebíveis, começou-se a fazer um controle. Então, no final dos anos 80 e começo dos 90, 13,5% da população brasileira era internada nos hospitais do Brasil. Hoje, tantos anos depois, a média de internação da população brasileira caiu para 6%, portanto menos da metade de 20 anos atrás. Vejam que absurdo. Por quê? Porque a maioria dessas internações eram fraudulentas e feitas apenas com o interesse de fraudar o dinheiro público. Infelizmente, em hospitais do Brasil havia até mesmo equipes especializadas em fazer fraudes. Com frequência constavam na relação mulheres operadas de fimose e homens submetidos a cesariana. Foram milhares de casos. Era isso o que acontecia.

Contei essa história e expliquei tudo ao Presidente. Depois de certo tempo, o Presidente concordou e fez o projeto de lei extinguindo o Inamps, que tinha 130 mil funcionários. Os funcionários que tinham contrato administrativo foram demitidos, os que não tinham foram absorvidos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde. Isso significou uma economia gigantesca para o Brasil e, mais que isso, a possibilidade da existência e da implantação do SUS, que é o atual sistema de saúde. Se hoje houvesse o Inamps, não haveria o SUS. O Inamps era milionário, riquíssimo, e o SUS, pobre.

Faço este relato para fazer justiça ao Presidente Itamar Franco, pois o Brasil deve isso a sua coragem e a sua visão. Hoje, esse fato não é muito reconhecido, não se fala muito nessa questão, mas é preciso falar, pois extinguir uma instituição com 130 mil funcionários é raro no Brasil. E ele conseguiu com muita objetividade e muita coragem.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Carlos Mosconi o aparte. V. Exa. faz um relato histórico também muito importante. Com o Presidente Itamar Franco, ocorreu essa justa homenagem. Itamar Franco como Presidente e Fernando Henrique como Ministro: surge o Plano Real, que deu sucesso total e está aí bem sedimentado. Agora, vejamos. Lula como Presidente e Dilma como Ministra: surgiu o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, que, de acordo com informações, até agora está empacado. Estamos esperando que isso melhore. Por quê? Porque há casas populares em área de risco, câmpus de universidade inacabado, rodovia com apenas uma camada de asfalto, campos de irrigação e redes de esgoto pela metade, Deputado. Projetos inaugurados pela então candidata na época - Dilma - e pelo Presidente Lula, antes e durante a campanha eleitoral. A maioria dos projetos sob a chancela do PAC ficou pela metade e virou fonte de problemas para milhões de brasileiros. Motivos não faltam: escassez de recursos e irregularidades diversas.

Portanto, quero parabenizar V. Exa., porque realmente Itamar Franco e Fernando Henrique fizeram a história. Torcemos para que a Presidente Dilma consiga corrigir essa herança que foi deixada e que precisa melhorar para atender à população brasileira. Obrigado.

O Deputado Carlos Mosconi - Deputado Rômulo Viegas, obrigado pelo aparte. Concedo aparte ao Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Deputado Carlos Mosconi, quero fazer coro com o meu amigo Rômulo Viegas e dizer-lhe da importância da criação do Sistema Único de Saúde para o Brasil. Sei que isso partiu de V. Exa. e da sensibilidade de Itamar Franco. Quero também parabenizar V. Exa. pela Emenda nº 29. Todos os brasileiros estão esperançosos de que, em setembro, a Presidente Dilma autorize a votação da Emenda nº 29, que corrigirá muita coisa na saúde pública do nosso Brasil. Deputado Carlos Mosconi, parabéns por sua atuação parlamentar e pelo belo trabalho que vem desenvolvendo nesta Casa.

O Deputado Carlos Mosconi - Deputado Luiz Henrique, agradeço-lhe muito as palavras.

Para finalizar, Sr. Presidente, Deputadas e Deputados, deixo aqui o meu testemunho, a minha admiração e o reconhecimento que todos devemos ter por esse grande trabalho que o Presidente Itamar Franco realizou. E ainda, durante o seu governo, foram criadas algumas normas, que eram chamadas de Normas Operacionais Básicas - NOBs -, visando ao aprimoramento do sistema de saúde. Por exemplo, o repasse de recursos da União aos Estados e Municípios começou a ser feito, Sr. Presidente, obedecendo a critérios muito rígidos. Aliás, nada de interesses menores em discussão ou mesmo uma questão política, mas sim de interesse político. Então o



repassa era feito para o Fundo Nacional de Saúde e os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde. Assim como outros programas de saúde muito importantes para o País, o início da reforma da saúde mental começou também no seu governo.

Sr. Presidente, já encerrarei. O Deputado Luiz Henrique falou sobre a Emenda nº 29. Tinha alguma esperança de que, conforme disse o Presidente da Câmara há um mês, essa emenda fosse colocada na pauta neste mês de julho, mas lamentavelmente isso não ocorreu. Por quê? Porque houve uma negociação com os parlamentares do Congresso Nacional, e a Emenda nº 29 foi jogada para setembro ou outubro a fim de que, num acordo lá feito, pudesse ser feito o pagamento das emendas dos parlamentares, deixando, portanto, a saúde da população brasileira para um plano muito inferior.

Sr. Presidente, espero que, em algum momento, a Presidenta Dilma tenha a coragem que teve o Presidente Itamar Franco de tomar medidas impactantes, fortes, com grande expressão e que realmente possam melhorar a saúde do sofrido povo brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e pelo “site” da Assembleia, volto a esta tribuna nesta tarde e, acompanhando os pronunciamentos dos Deputados que me antecederam, que fizeram algumas homenagens, vou inverter aqui a minha partilha e antecipar uma homenagem. Amanhã, dia 13 de julho, o Brasil comemora 21 anos de implementação da lei mais copiada do Brasil: o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de uma lei que proporcionou ao Brasil a oportunidade de olhar para a criança e o adolescente de forma diferente, ou seja, um olhar daquela criança e daquele jovem com desenvolvimento. Ao longo desses 20 anos, muitas barreiras, muitos desafios foram enfrentados. E o maior deles, com certeza, foi a cultura implementada e deixada na história pelo antigo código de menores. E essa cultura, ainda predominante na sociedade brasileira, faz com que a grande maioria dos brasileiros, sem compreender a profundidade dessa lei, entenda de alguma forma que ela veio para prejudicar e, sobretudo, para passar a mão na cabeça de jovens e adolescentes. Mas muito pelo contrário, trata-se de uma lei que criou aproximadamente 270 artigos, em que apenas um terço dela fala dos direitos da criança e dos adolescentes, porque os outros dois terços da lei discriminam, detalham, apresentam, falam dos deveres. Também apresentam propostas e soluções a serem implementadas na sociedade brasileira, como dever da família, da sociedade e dos órgãos constituídos. Sobretudo, o que falta hoje é os governantes, nós, parlamentares, Prefeitos, Governadores, assim como o governo federal, criarmos programas que atendam, de fato, essa parcela da sociedade que clama por oportunidades de lazer, de cultura, de educação de qualidade. Grandes programas do legado do nosso ex-Presidente Lula vêm crescendo no Brasil. Acredito que a Presidente Dilma, com muita competência, vem implementando um novo ritmo no Brasil para fazer com que nossas crianças e nossos adolescentes tenham seus direitos não só preservados, mas também garantidos. E que as oportunidades nessas áreas venham se ampliar no nosso Brasil.

Exatamente esse período que vivemos em Minas Gerais, cujo tema é a educação, preocupa-me. Como vemos, a greve dos professores já ultrapassa 30 dias, e o governo, até o momento, não a identificou como um fator de direito dos professores, não abrindo - aquilo que entendemos como direito dos trabalhadores da área da educação - uma negociação concreta com essa pauta. Eu arriscaria a dizer, Deputado Rogério Correia, que se trata de uma coisa simples, do direito do trabalhador da educação, que reivindica aquilo que está na lei: o piso salarial nacional. Trata-se de uma reivindicação justa, de direito, uma greve em que toda a categoria, em todos os cantos do Estado, se mobiliza. Ontem tive a oportunidade de participar de várias reuniões, negociações com lideranças do governo, cuja disposição foi a de tentar criar uma comissão a fim de negociar. Infelizmente, devido à falta de disposição concreta, por parte do governo, em apresentar uma proposta que atendesse à demanda real dos trabalhadores da educação, não foi possível encontrar tal consenso. Assim, na assembleia dos professores que haverá aqui, amanhã, será confirmada tal manifestação em todo o Estado, numa demonstração de sua importância.

Quero aqui, usando o espaço de divulgação da Assembleia, tanto o “site” como a TV Assembleia, que transmite para todo o Estado de Minas Gerais, conchamar não só os educadores da área da educação, os profissionais da rede de educação, como também as famílias e as comunidades do entorno das escolas, para que compreendam esse importante movimento que os professores de todo o Estado estão fazendo. Eles estão fazendo um movimento de mobilização e de conscientização; um movimento que pretende discutir não só o piso salarial e o plano de cargos e salários dos professores, mas também a efetiva implementação de um programa de educação que atenda à demanda das crianças e dos adolescentes do nosso Estado de Minas Gerais. Neste momento em que os parlamentos municipais, estaduais e federais se preparam para entrar em recesso, Minas Gerais passa por um momento em que o tema da educação é forte, ímpar de discussão. Espero que amanhã possamos olhar para os 21 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e dizer que, entre os vários problemas que precisam ser resolvidos na área da segurança, do direito à moradia, do direito à saúde e tudo mais que temos de garantir para o desenvolvimento da nossa criança, a questão da educação é ponto primordial a ser avaliado e aprofundado no Estado de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Ulysses Gomes, em primeiro lugar, quero, mais uma vez, parabenizá-lo pela compreensão da necessidade do fortalecimento da educação pública no Brasil, especialmente em Minas Gerais. A educação realmente está precisando de apoio, de ajuda e diria até de socorro. Quero fazer coro com V. Exa. Realmente ontem buscamos, e ainda estamos tentando, reuniões com os membros da base do governo para encontrar uma alternativa, porque esta semana seria, em tese, a última de trabalho no semestre antes do recesso. Diria “seria”, porque vários projetos se encontram em pauta e, pelo andar da carruagem, dificilmente conseguiremos votá-los, incluindo a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Isso ocorre por um motivo muito simples, não há vontade do governo em resolver os problemas cruciais do nosso Estado. Não julgo justo, e essa posição não é só minha, o Deputado Ulysses Gomes acabou de expressá-la, é o pensamento do nosso Bloco Minas sem Censura. Não é justo que a Assembleia Legislativa saia de recesso e os alunos permaneçam, aos milhões, sem aula em Minas Gerais; não é justo que o Ipsemg não esteja funcionando; não é justo que os hospitais estejam trabalhando com escala mínima, porque faltam funcionários e há movimento grevista; não é justo que a Polícia Civil permaneça fazendo 50% do atendimento, e as pessoas fiquem prejudicadas; mas, principalmente, não é justo que milhões de alunos fiquem sem aula, e a Assembleia Legislativa simplesmente entre em recesso e não seja solidária ao que os professores reivindicam, que é legal: o piso salarial. Julgo que temos de estar solidários com tudo isso.



Quero reconhecer o esforço dos Deputados Luiz Humberto e Mauri Torres, os Deputados da Liderança da base do governo. Ontem sentamos com representantes do governo que vieram aqui apenas comunicar que o governo não negocia. Hoje, Deputado Ulysses Gomes, publicaram no jornal “Minas Gerais” um edital de concurso. Ontem disseram todo o tempo que não podem negociar o piso salarial com os professores, porque, segundo eles, ainda não foi publicado o acórdão. Mas se o acórdão do piso não foi publicado, como o governo pode publicar um edital de concurso com salário de subsídio, se está esperando a publicação do acórdão? Também anunciou que cortará o ponto dos professores em greve; que anunciará hoje, às 16 horas, a política salarial para os servidores públicos, mas sem os sindicatos que estão em greve. Então, os professores, os funcionários da saúde e os policiais civis não podem participar da reunião de anúncio. Ou seja, há uma declaração de guerra do governo aos professores, aos quais ele não quer pagar o piso. Julgo que temos de ser solidários com os professores, com os nossos mestres, que estão nas escolas com tanto sacrifício, recebendo R\$369,00 de salário base da educação. Queria apenas me congratular com V. Exa. e deixar um apelo ao governo: ou ele muda a concepção ou não permitiremos que se massacrem os professores. Simplesmente não podemos sair de recesso deixando esse quadro no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado. Com prazer, concedo aparte ao Deputado Pompílio Canavez.

O Deputado Pompílio Canavez (em aparte) - Obrigado, Deputado Ulysses, a quem parabenizo pelo pronunciamento. Realmente, a luta dos educadores e outros trabalhadores do nosso Estado que estão em greve merece toda a nossa atenção e tenho certeza de que todos os Deputados desta Casa têm essa preocupação e querem ver a solução o mais rapidamente possível, o que implica a negociação.

Hoje, na hora do almoço, ouvi uma entrevista da Beatriz Cerqueira, coordenadora do Sind-UTE, na Rádio Itatiaia. Depois da entrevista, o próprio jornalista da Itatiaia fez ao Governador Antonio Anastasia o apelo emocionado de que negocie. E não falou apenas dos educadores que estão angustiados com a falta de negociação, mas de toda a comunidade - dos pais, das mães, das crianças e até das pessoas que têm “van” e trabalham transportando as crianças para a escola e que estão há um mês sem trabalhar e sem receber. Fiquei impressionado com a sensibilidade do jornalista da Itatiaia, que pediu, explicitamente e com muita emoção, que o Governador Antonio Anastasia negocie com a categoria em greve, que dê início a um processo sério de negociação. A Beatriz disse mesmo, com toda a segurança e firmeza, que o que o Sindicato quer é negociar, mas tem de ser uma negociação séria, que não seja enrolação ou enganação e que leve à categoria o que ela busca: o cumprimento da lei, ou seja, o pagamento do piso. Era o que eu queria dizer, Deputado Ulysses; parabéns por seu pronunciamento.

O Deputado Ulysses Gomes* - Obrigado, Deputado Pompílio Canavez. As intervenções dos Deputados Rogério Correia e Pompílio Canavez me fazem reconhecer e registrar a disposição dos Líderes desta Casa, também dos Deputados Mauri Torres e Luiz Humberto, em aprofundar o diálogo na busca da negociação. Da mesma forma, por sua competência e capacidade, não tenho dúvida da disposição do Governador Anastasia, como professor que é, em abrir esse diálogo.

Mas há um equívoco ou descompasso na coordenação dos rumos do governo, o que podemos observar em outras situações além da greve dos professores, Deputado Pompílio. Agora pela manhã, estive conversando com o Deputado Federal e Secretário de Desenvolvimento Bilac Pinto sobre um programa que a Copasa se propôs a implementar, desde 2007, na cidade de Itajubá, onde nasci e ainda moro. O programa refere-se a barragens para amenizarmos, de alguma forma, as consequências das enchentes que a cidade sofreu ao longo da história, lembrando que, com a situação atual, a perspectiva de haver outra enchente tão séria quanto as anteriores é muito grande. Naquele momento, a Copasa propôs a construção de barramentos, mas o fez sem discutir com a sociedade, sobretudo com as comunidades que teriam de ser transferidas das localidades. Isso foi anunciado às vésperas da eleição, mas até hoje nada foi implementado. Agora, minha preocupação ao me antecipar e propor essa discussão - e essa foi a segunda vez que procurei o Secretário - foi tentar evitar que o problema se repita. A Copasa tem hoje novo projeto a implementar, mas a comunidade da cidade e os órgãos municipais competentes não estão sabendo disso nem acompanhando a situação. Essa é a forma como atua o governo! Acho que ele pode até ter boas intenções, mas tem de dialogar, negociar e levar as coisas ao conhecimento da sociedade. Então, aproveitando que estamos falando desse problema com os professores, fiz referência a essa questão das enchentes, em que vivemos o mesmo problema. Ressalto que tive uma ótima recepção do Deputado Bilac Pinto, que demonstrou disposição em aprofundar o debate, assim como temos toda disposição em facilitar o diálogo com a comunidade.

Outro exemplo: está tramitando na Comissão de Fiscalização Financeira o Projeto de Lei no 2.109, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das categorias da área de segurança - Policiais Militares, Policiais Civis, Bombeiros e Agentes Penitenciários. O Deputado Sargento Rodrigues, a quem quero parabenizar, apresentou emenda acrescentando as categorias de Auxiliar Executivo de Defesa Social, Assistente Executivo de Defesa Social e Analista Executivo de Defesa Social. Mas me assustei que não tenha havido acordo com o governo e essa emenda não tenha sido aprovada.

O governo não compreendeu, e não compreende, a importância de também incluir essa categoria no projeto de reajuste. Então, vêm alguns Líderes do Governo nesta Casa à disposição para negociar, mas, na prática, o governo não apresenta propostas concretas que de fato mudem a realidade dessas categorias como um todo. Não podemos escolher apenas parte de uma categoria, propor um reajuste a ela e deixar, por mínimo que seja, outra parte sem esse reajuste.

Portanto, é com indignação que faço o registro da luta desses trabalhadores da área da segurança que trabalham nas penitenciárias em todo o Estado. Eles merecem e têm todo o direito de reivindicar esse reajuste, que consta no Projeto de Lei nº 2.109, o qual tramita nesta Casa. Está aqui o Deputado Sargento Rodrigues, que lutou, batalhou e continua batalhando por essa causa. Temos rodado o Estado, e o que vemos são muitas pessoas cobrando por justiça. Na verdade, a categoria cobra do governo essa sensibilidade. Assim como os Líderes desta Casa têm mostrado sensibilidade e disposição para o diálogo para chegar a um consenso no que diz respeito às greves que estão acontecendo, que também encontremos nas áreas da educação e da segurança essa mesma disposição, para avançarmos nesta Casa. Afinal, é isso o que mais queremos, tanto os Deputados da Situação como os da Oposição. Independentemente de que lado se estiver, queremos é ver esta Casa andando e produzindo cada dia mais a serviço do bem comum e do povo mineiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, tive o privilégio de nesta Casa exercer as funções da Liderança do Governo no governo Itamar Franco e, anteriormente, fui Secretário de Administração e Secretário de Planejamento dele. No entanto, hoje vejo, seguramente com alegria, um verdadeiro mea-culpa que o PSDB, através de proeminentes figuras, faz a respeito do ex-Governador e ex-Presidente. A tempo, S. Exa. estava no governo e não eram doces as palavras vindas das hostes do PSDB para com o Governador Itamar Franco. Pelo contrário, eram duras, desleais e baixas. Mas, se bem-vindas, embora tardias, as homenagens do PSDB ao Presidente Itamar Franco não podem servir como uma apropriação histórica do vulto político do Presidente Itamar Franco, por uma legenda a que ele nunca pertenceu, uma legenda que o hostilizou durante o seu governo e sua vida.

Portanto, fica aqui esse registro e também o registro de que, ao contrário do que foi dito aqui, o ex-Presidente Fernando Henrique não era sequer Ministro quando aconteceu a edição do Plano Real. Portanto, o PSDB, que já quis fazer apropriação indébita do patrimônio político do Plano Real, parece agora querer em Minas também se apropriar da imagem do vulto do Presidente Itamar Franco.

Feitos esses registros na sequência da fala do Deputado Ulysses Gomes, gostaria de registrar, Deputado, que não é só a educação que vem sentindo os males do atual governo do PSDB. Acabei de receber a notícia de que a Copasa também entrou em greve, sendo que a saúde, a Hemominas, o Ipsemg, a Polícia Civil e a educação já se encontram em greve. Será que todos esses servidores estão errados? Será que todos esses servidores teriam motivação política para parar suas atividades, ou é um caso congênito de descaso com o serviço público que contamina o governo de Minas?

Fica a reflexão e o registro de compromisso do Bloco Minas sem Censura de estarmos solidários com os servidores públicos, dentro de uma visão que temos de que defender o servidor público faz parte, na verdade, do compromisso de defesa do serviço público, já que não se faz serviço público de qualidade só pelo “marketing”, mas pela valorização do servidor: por reconhecer nele um profissional, por dar a ele uma perspectiva de carreira e por fazê-lo sentir-se confortável prestando serviços públicos, o que é a função precípua do Estado moderno.

Mas ocupo esta tribuna para passar à opinião pública de Minas e aos anais da Casa o editorial do jornal que o Bloco Minas sem Censura lança como balanço de suas atividades neste semestre, sendo também um balanço histórico do que foi o legado dos quase oito anos do governo Aécio Neves. Tem o título: “O legado perverso de Aécio”. (- Lê:)

“Não há quem discorde do fato de que a história tem mais de uma função. No mínimo, pode-se dizer que ela tanto possibilita o conhecimento do passado quanto facilita o entendimento do presente e ainda favorece o traçado ou a prospecção do futuro. E, se perguntarmos por que razão a história é assim tão rica, vamos descobrir que é porque não existem, de fato, limites estanques entre passado e presente, entre presente e futuro. Afinal, como ensina Arnold Toynbee, ‘a história não se ocupa de um passado morto, mas de um passado que sobrevive’, que respira no presente e se projeta no futuro.

Com base nessas premissas, o Bloco Minas sem Censura, constituído pelos Deputados da Oposição na Assembleia, no início de 2011 deliberou por editar este jornal, dedicando-o à divulgação de fatos e dados sobre o governo Aécio Neves em Minas, período de janeiro de 2003 a março de 2010. O bloco tem para isso duas razões. A primeira é a constatação de que o massivo investimento feito por esse governo em propaganda oficial resultou na criação de uma imagem falsa para o Estado, a ponto de se poder falar em duas Minas, a Minas real, com seus problemas, e a Minas do ‘marketing’, mostrada como verdadeira versão do paraíso: assim, Minas não conhece Minas, não sabe de seu passado recente senão a face artificial da propaganda. A segunda razão é também uma constatação: a de que a estratégia permanece viva no atual governo, que se vê tolhido pela apropriação a que o mantém submetido ao governo anterior.

É imprescindível, pois, conhecer a real face desse passado, identificar seus tentáculos no presente e discernir se é do interesse de Minas que subsistam. Tudo começou com o uso das verbas publicitárias oficiais, gerenciadas pela irmã Andrea Neves. Desde o início de 2003, o governo investiu verbas vultosas em publicidade. Para se ter ideia, o montante destinado por Aécio à publicidade em 2007 equivalia proporcionalmente ao que seria gasto em três séculos do governo Itamar. Com esse aporte fenomenal de recursos, Aécio obteve que a imprensa deixasse de publicar qualquer nota que desabonasse a ele ou a seu governo, que evidenciasse a precariedade dos serviços públicos em Minas ou que expusesse erros ou falhas do governo. E obteve, de outro lado, que fossem reiteradamente enfatizados seus méritos pessoais e os de seu governo, fossem eles fundamentados ou não. O silenciamento sobre fatos negativos e o foco em supostos dados positivos tiveram como efeito o gradativo adormecimento da consciência crítica e da opinião pública mineiras. O resultado estendeu-se ao Judiciário, ao Ministério Público e à própria Assembleia, onde Aécio teve base de apoio formada por cerca de 70% dos Deputados. Com isso, não apenas nada se aprovava que não fosse do interesse do governo, como também suprimia-se o debate político, empobrecendo drasticamente uma Casa de tradições de autonomia e independência que, próprias de Minas, são essenciais ao Estado democrático.

E, de fato, o processo vivido em Minas foi o de real desmantelamento da democracia e o de sua substituição por um regime de verdadeira exceção. Não o da ditadura dos canhões, que é declarada e visível, mas o da ditadura branca, disfarçada e dissimulada, que se serve da propaganda para embaçar a visão, alienar as mentes, reprimir ou cooptar os movimentos sociais. Além de entorpecer as consciências, embriagar a opinião pública, solapar as bases das instituições, compor o mito, forçar a aclamação, festejar a unanimidade e, no caso em Minas, sustentar a obsessão de Aécio pela candidatura à Presidência da República. Foi nesse contexto que ele, Aécio, editou mais leis delegadas que seus quatro antecessores juntos e que, por meio dos Deputados governistas, abortou praticamente todo pedido de CPI na Assembleia no período, durante o qual houve em Minas menos CPIs que em toda a época do regime militar. Ele, o autor do mote do déficit zero, encontrou o Estado com uma dívida de apenas R\$24.000.000.000,00 e o deixou com uma dívida quase três vezes maior, na casa dos 70 bilhões. Enquanto gastou descaradamente com publicidade, não investiu nos serviços essenciais nem os mínimos necessários: destinou 8% à saúde e 19% à educação, quando os mínimos constitucionais são 12% e 25%, respectivamente. E, contrariando toda a mística em torno de sua gestão, dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro revelam



que, entre janeiro de 2003 e março de 2010, o crescimento médio anual do PIB em Minas foi de 3,3% enquanto no Brasil o índice foi de 3,5%. Isso mesmo: a média nacional, computados os Estados tradicionalmente mais pobres, foi maior que a do Estado que se gaba de ser a segunda economia do País. Onde, senão no 'marketing', senão na censura, estão os índices fabulosos do desenvolvimento do Estado? É hora de Minas livrar-se do mito que se lhe impôs. A edição desse jornal quer evitar que a verdade histórica se perca e que esse passado sem glória sobreviva no presente. Minas, em termos de passado, tem referência incomparável nos ideais inconfidentes com os quais deve voltar a timbrar a consciência dos mineiros, devolver ao interesse público a sua condição prevalecente sobre o interesse individual e retornar a seu 'status' de berço da liberdade e de lugar de permanente defesa da democracia."

Fica essa mensagem do jornal do Bloco sem Censura para fazer o registro histórico do que foi o período de oito anos de desmando do governo Aécio Neves.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputado Sávio Souza Cruz, quando V. Exa. sugeriu o nome Minas sem Censura para o nosso bloco de oposição ao governo Anastasia e de situação em relação ao governo da Presidenta Dilma, acertou em cheio. De fato, em Minas Gerais, o que assistimos durante oito anos de governo Aécio Neves e em seu prosseguimento com o Governador Anastasia foi uma blindagem absoluta dos temas que deveriam ser discutidos em Minas Gerais. É muito para o mineiro descobrir que, de repente, um déficit zero é, na verdade, uma dívida de quase R\$70.000.000.000,00. Itamar Franco havia deixado a dívida em torno de R\$14.000.000.000,00 já como herança do Governador Eduardo Azeredo. Agora, conseguiu-se fazer com que essa dívida aumentasse três vezes. Durante oito anos, mentiu-se para o povo mineiro, ou se escondeu a real dimensão da dívida. É impressionante, isso é anunciado como se tivesse ocorrido de um dia para o outro, apenas para tentar desestimular aqueles que, já cansados do choque de gestão, entram no movimento grevista. Assim a Polícia Militar luta, a Polícia Civil continua em greve, os professores estão em greve nas ruas, assim como os funcionários da saúde, do Ipsemg, da Copasa e os eletricitários. Todos os servidores públicos reclamam que o serviço público foi sucateado em nome de um choque de gestão e de um déficit que, sabemos, é de mais de R\$67.000.000.000,00. Essa mentira precisa se tornar pública. O editorial que V. Exa. leu do jornal do Bloco Minas sem Censura vai ajudar a formar consciência no nosso povo e fazer com que a verdade prevaleça, fazer com que a Minas real apareça para o nosso povo, e não a Minas da fantasia, da ilusão e da embriaguez, como se tentou colocar o Estado em relação a temas que, sabemos, foram muito prejudiciais. Parabéns a V. Exa. pela sugestão do nome e pelo trabalho que vem realizando incessantemente em torno da verdade. Parabenizo-o por ter trazido, mais uma vez, à Assembleia Legislativa o balanço desses oito anos e também, em especial, a outra farsa que se constitui agora, os tucanos de outrora, algozes do ex-Governador Itamar Franco, que agora dizem seus aliados e choram sobre o caixão lágrimas que, antigamente, como muito bem disse o Deputado Antônio Júlio, só poderiam ser entendidas como lágrimas de remorso. Parabéns, Deputado.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Rogério Correia, a quem aproveito a oportunidade para homenagear, pela destacada atuação na Liderança do nosso bloco. Se o Presidente permitir, gostaria de ouvir o aparte do Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia (em aparte)* - Ilustre Deputado Sávio Souza Cruz, gostaria apenas de expor, no rumo certo da história, a relação entre o ex-Presidente Itamar Franco e o PSDB. É verdade que houve idas e vindas no relacionamento do PSDB e do ex-Presidente Itamar. Mas, nesse contexto histórico, e a história haverá de registrar, a relação do PSDB com o ex-Presidente Itamar foi extremamente positiva para o País. Quando o ex-Presidente Itamar tomou posse, o PSDB foi o primeiro partido a apoiá-lo. Outros partidos não tiveram a mesma postura de apoio ao ex-Presidente. Mas o PSDB esteve ao lado do seu governo. Da mesma forma, foi importante para o PSDB o convite do ex-Presidente ao então Ministro Fernando Henrique para juntos elaborarem o Plano Real. Depois, é verdade que o ex-Presidente Itamar derrotou o PSDB aqui em Minas, o ex-Governador Eduardo Azeredo ao governo. Houve um momento em que, pelo destino das urnas, o PSDB e o então Governador Itamar foram governo e Oposição aqui, e isso é conhecido da história. Na sequência, o ex-Presidente apoiou o ex-Governador Aécio Neves ao governo de Minas, ocupou posição destacada no governo de Aécio. Por fim, todo o PSDB de Minas Gerais, capitaneado por Aécio e Anastasia, esteve ao lado do ex-Presidente Itamar, em uma vitoriosa eleição ao Senado, que certamente o levou para uma posição extremamente cara a ele, a sua recondução ao Senado. Sem dúvida, o PSDB contribuiu de alguma forma para isso. Todos nós do partido, de todos os cantos de Minas Gerais, estivemos com o ex-Presidente Itamar em sua última campanha vitoriosa ao Senado.

Portanto, foi uma relação extremamente produtiva, positiva e proativa para Minas, para os mineiros e o Brasil. Certamente houve contratemplos, mas isso faz parte da natureza humana, da nossa história. Mas, se somarmos os prós e os contras, a trajetória de Itamar e do PSDB foi altamente positiva. A história haverá de registrar isso.

O Deputado Sávio Souza Cruz* - Agradeço ao Deputado Zé Maia, que trouxe um dado importante. É verdade que, no apoio ao ex-Presidente Itamar, talvez o arrependimento do PSDB por sua atitude em relação a ele tenha vindo antes do seu passamento. Por fim, quero registrar as palavras do Deputado Rogério Correia acerca do choque de gestão, a que o Deputado Antônio Júlio costuma chamar de "choque de gestação", e que vem parindo, quem sabe? o "bebê de Rosemary", pois o que herdamos hoje é a verdadeira falência do serviço público em Minas. Agradeço ao Sr. Presidente sua especial tolerância, e também às colegas Deputadas, aos colegas Deputados e aos telespectadores da Assembleia. Boa-tarde.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o requerimento nem sequer está assinado. Gostaria de saber quem o assina, quem é o autor do requerimento, porque isso não consta aqui.

Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Rômulo Viegas sugere regime de urgência na tramitação de determinado projeto de lei, que altera a estrutura da carreira de Agente de Segurança Penitenciário e modifica o Anexo III, etc. Queria encaminhar contrariamente ao requerimento, Sr. Presidente, e, ao mesmo tempo, dizer a V. Exa. que o que está ocorrendo agora no Plenário precisa ser denunciado ao povo de Minas Gerais. Nesta Casa existem três Blocos. O governo não consultou o nosso Bloco, o da Oposição, nem a Mesa sobre o consenso em relação à tramitação em regime de urgência. Apenas adotou uma postura autoritária, de Maioria, para comunicar que o projeto vai tramitar em regime de urgência. Não diz o que pretende fazer em relação aos trâmites dos projetos e, enquanto encena uma negociação, procura armar um cenário de guerra. É grave o que ocorre neste momento. Ontem, durante todo o



dia, buscamos promover a negociação entre a base de governo e o Bloco Minas sem Censura. O dia inteiro! Participamos de diversas negociações com o Líder do Governo, Deputado Luiz Humberto, que aqui se encontra, com o Deputado Mauri Torres e com todos os outros. Conversamos e chamamos os sindicatos. Estamos buscando uma negociação dentro do Parlamento.

Hoje simplesmente são anunciados projetos em que se estabelece regime de urgência, sem nem sequer, Deputado Carlin Moura, ser comunicado à Oposição que o governo quer fazer tramitar esses projetos em regime de urgência. Sr. Presidente, ao mesmo tempo, é apresentado, Deputado Carlin Moura, um requerimento pedindo também regime de urgência para outro projeto. E o pedido para todos. Por que não comunicaram ontem que será essa a forma de encaminhamento entre a Oposição e o governo, entre os sindicatos e o governo?

Isso não me parece justo. Não parece ser uma relação honesta entre as partes que seja imposto a uma maioria, composta de três Blocos, que dois assinem sem nem sequer comunicar-se ao terceiro Bloco, que é exatamente o da Oposição. Por que isso não foi feito ontem? Por que ficamos o dia inteiro em discussão sobre o melhor procedimento e agora o governo simplesmente, sem nos comunicar, quer aprovar requerimentos de urgência para projetos? Ontem, acenavam com negociação...

A mesma coisa, Deputado Carlin Moura, nobres colegas, foi feita com os professores. Buscamos ontem uma relação negociada. Há 30 dias, Deputada Luzia Ferreira, os professores estão em greve. Hoje, o governo publica um edital de concurso, indicando vencimentos tendo por base a lei de subsídio. O governo se nega a abrir qualquer procedimento de negociação com os professores, alegando que não há um acórdão do Supremo Tribunal Federal para que se possa iniciar uma discussão sobre o salário. Ora, se não há acórdão, portanto não se discutem os salários, como há acórdão para publicar edital de concurso com salários já estabelecidos? Não é cabível o argumento do governo para o caso dos professores. Ele mente aos professores. O governo tem uma relação de mentira com a Oposição e com os professores. Ele pensa que construirá um Estado justo, tratando os mestres, os professores, com argumentos falaciosos?

Hoje ainda, Deputados e Deputadas, o governo, pela manhã, comunicou à imprensa que cortará os salários dos professores que estão em greve. Não possui dinheiro para pagar o piso, que é lei, e cortará o salário dos professores que reivindicam a aplicação da lei! Como ficamos nesse processo de negociação, Deputado Carlos Mosconi, que também está nos ajudando a buscar uma saída para a saúde? Ocorrerá a mesma coisa? Será simplesmente comunicado que os projetos em que temos interesse estão em regime de urgência e serão votados dessa forma? Aonde o governo pensa chegar com isso? Que tipo de sociedade quer construir? Que tipo de relação pretende ter com os funcionários da saúde, que estão agora realizando uma assembleia, na Cidade Administrativa, de modo democrático, na ilusão de que o governo quer negociar?

Estamos surpreendidos com a leitura de requerimentos, como esse do governo, que comunica a existência de um acordo, ou melhor, de uma imposição em que, dos três interlocutores, dois assinam requerimento, sem que a Oposição saiba das pretensões. Fazem política na base da esperteza. A relação, Deputado, não é franca nem aberta, mas de esperteza. O governo julga-se mais esperto. Na calada, Deputado Sávio Souza Cruz, trata-se requerimento, que a base do governo assina. Também na calada, faz-se sua comunicação. Que tipo de compromisso podemos ter?

Fica o exemplo para o povo de Minas Gerais de como age o governo. Acho que o Governador Anastasia não deve sequer saber dessa “esperteza”, no mau sentido. Outro dia eu estava no gabinete do Sr. Presidente, com o Deputado Luiz Humberto Carneiro. Quando desci ao Plenário, já tendo avisado ao Sr. Presidente que tinha um pedido de vista a fazer, e pedido a ele que comunicasse à base do governo que eu assim faria, tão logo terminasse de discorrer sobre o projeto de lei, os Deputados espertamente já haviam aprovado o projeto, rapidamente.

Fui chamado ao gabinete da Presidência pelo Líder do Governo para conversar exatamente sobre esse assunto, e, enquanto isso, espertamente aprovaram um requerimento, Deputado Paulo Guedes. Enquanto eu conversava com os Líderes, foi aprovado um requerimento. Vamos ter essa relação pouco sincera, pouco franca, relação desonesta eu diria mesmo? Vai ser este tipo de atitude que virá da base do governo: acharem-se espertos ou acharem que, porque têm a maioria, podem distorcer todos?

Pediria, Sr. Presidente, que se voltasse atrás, que V. Exa. pudesse suspender a reunião, até para que possamos tomar conhecimento dos requerimentos que foram lidos e que estão tramitando em regime de urgência, porque eu nem sequer sabia disso. Não sei nem quais projetos estão tramitando em regime de urgência, Deputado Sargento Rodrigues. Foram lidos a toque de caixa, numa atitude desonesta e de esperteza para com os Deputados da base da Oposição. Não é correto que tenhamos tal tipo de comportamento durante quatro anos na Casa: passar rasteira. É muito indigno que o governo aja desta forma: não é sincero, não cumpre as regras do jogo.

Pediria aos Deputados do Bloco Minas sem Censura que pudessem nos ajudar na discussão desse requerimento, porque é grave a situação. Com esse tipo de comportamento, Deputado Ulysses Gomes, V. Exa., que está em seu primeiro mandato, mas que já ocupou cargos importantes no interior do Estado, deve estar abismado. Um comportamento desse tipo na Assembleia Legislativa, em que a base do governo conversa de um jeito com a Liderança da Oposição e age de outra forma, dando rasteira... Em futebol, isso é pênalti; no futebol, há regras claras. Deputado Marques Abreu, isso não é permitido no futebol, é pênalti, é falta, há cartão amarelo, cartão vermelho. Será essa a relação? Não há regra no jogo? A regra é a da esperteza? Chamaria a atenção dos Líderes do Governo, para que pudessemos manter outro tipo de relações aqui.

Depois não nos peçam que não façamos obstrução, que façamos acordos, negociações. Para que discutir com os sindicatos, como fizemos ontem, o dia inteiro? Pedi aos membros dos sindicatos que viessem aqui, que olhassem a pauta, e nada disso foi levado em consideração. Deputado Paulo Guedes, é realmente um comportamento que nos deixa indignados e tristes. Pediria aos Líderes do Governo que tivessem outra atitude.

Se o comportamento é esse, Sr. Presidente, que seja dito que o diálogo não é possível. Comuniquem logo à Oposição que não há diálogo, que colocarão os 54 Deputados no Plenário e votarão, e nós faremos obstrução. É esse o tratamento que será dado à Oposição!? Se é esse o tratamento, que nos informem! Mas não nos façam de bobos! Não nos chamem para propor acordo, para depois simplesmente fazerem essa jogada.



V. Exa. me desculpe ter ultrapassado o tempo, mas realmente é indigno por parte da base do governo tratar as pessoas da forma como vem tratando. V. Exa. há de compreender por que pedi para discutir o requerimento. Não me foi dito, em momento nenhum, que esse tipo de requerimento seria votado. Era preciso que, pelo menos, Sr. Presidente, tivéssemos ciência de que o jogo seria esse a partir de agora. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acompanhei, com toda a atenção, a manifestação do Deputado Rogério Correia. Diante de algumas colocações, até me curvo, mas, diante de outras, não. Primeiro que o Regimento da Assembleia, este livrinho que está na minha mão, é extremamente tolerante com a Minoria. Já fiz parte da Minoria nesta Casa e me vali, por muitas vezes, deste Regimento Interno, em todas as modalidades, inclusive em requerimentos. Agora, não admito dizer que a Maioria agiu com esperteza. Esperteza é outra coisa, é uma atitude que repudio. Compreendo que a Oposição reagisse. Também é natural que reagisse diante de um fato que ela considera inesperado. De outro lado, não sei se alguém perguntou ao ilustre Deputado se ele quer também subscrever o requerimento, porque ele lamentou não ter sido chamado para assiná-lo. De repente, estaria de acordo com o teor da proposição. Se não estiver, há que se respeitar a vontade da Maioria. Se há três blocos e dois assinaram, logo dois são dois terços dos três. Não há, então, que se discutir.

Vou ler o Regimento Interno, com alguma dificuldade, pois esqueci de trazer os óculos. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva está me oferecendo os dele. Vou aceitar o empréstimo dos óculos para facilitar a leitura. Ficaram ótimos.

“Art. 272 - Adotar-se-á regime de urgência para que determinada proposição tenha tramitação abreviada: I - por solicitação do Governador do Estado, para projeto de sua autoria, nos termos dos arts. 208 e 209; II - a requerimento. § 1º - Só poderão tramitar simultaneamente, em regime de urgência, quatro proposições, sendo duas por solicitação do Governador do Estado e duas a requerimento de Deputado. § 2º - Por deliberação de 2/3 dos membros do Colégio de Líderes, admitir-se-á a tramitação de mais um projeto, por solicitação do Governador do Estado, e de mais uma proposição, a requerimento de Deputado, além do limite estabelecido no parágrafo anterior. § 3º - O disposto no inciso II não se aplica a projeto que dependa de quórum especial, de lei orgânica, estatutária ou equivalente a código e aos projetos de que trata o art. 204.” Ora, dois são dois terços dos três.

Percebe-se uma questão. Se a Oposição pode valer-se das prerrogativas regimentais e retardar as votações, obstruí-las, dividi-las, subdividi-las, pode a Situação, querendo, utilizar o método que foi utilizado. Esperava que a Oposição viesse aqui pedir para suspender os trabalhos por alguns minutos, refletir sobre o tema e, quem sabe, subscrever o requerimento, se fosse esse o seu desejo. Se assim não o quer, é direito não querer fazê-lo, também não pode repudiar nem tripudiar contra aqueles que optaram pela forma regimental prevista no art. 272. Eu não estava aqui na época da votação do Regimento Interno. Sou bem antigo aqui, mas o Regimento Interno é anterior a mim, mas é pouco antes. Foi bastante modificado já no meu período. Mas este artigo 272 foi inserido no Regimento exatamente para se buscar o equilíbrio, o qual estamos buscando por meio do requerimento. Não sou líder, portanto não o assinei, mas acho que as pessoas que assim procederam o fizeram com o objetivo de equilibrar, porque o Regimento, por sua própria natureza, e é bom que o seja, facilita o trabalho da Minoria e deixa a Maioria, muitas vezes, em dificuldades. É por essa razão, em busca do equilíbrio, que os requerimentos surgiram. Não vieram com o objetivo de massacrar a Oposição, nem tampouco sepultar os ideais e os desejos que estão em greve. Vieram com o objetivo de permitir que a vontade da Maioria possa prevalecer em, pelo menos, alguns casos. Na maioria dos casos prevalece a Minoria. Já prevaleceu algumas vezes a meu favor, quando também fui da Minoria. Portanto, não é nenhuma inovação. É apenas um fato a aplicação de um artigo do Regimento Interno que causou estranheza.

O objetivo dos signatários do requerimento não foi outro senão buscar o equilíbrio e respeitar a vontade democrática da Maioria, ou seja, votar as proposições e permitir que as coisas caminhem. A única mudança substancial é a mudança do prazo de 10 minutos para 5. No entanto, não suprime nenhum direito de manifestação, portanto a Assembleia Legislativa e aqueles que integraram e colocaram no requerimento suas assinaturas continuam agindo democraticamente.

Faço também um apelo à Oposição: se achar que deve suspender a reunião, examinar o requerimento e subscrevê-lo, que faça, pois será uma atitude de grandeza, digna de nossos aplausos. Se entender de forma diferente, respeitaremos o posicionamento de cada um, mas exigiremos que respeitem também o nosso pensamento e os nossos propósitos.

O Sr. Presidente - Esclareço aos Deputados que estamos encaminhando a votação do requerimento do Deputado Rômulo Viegas. Se V. Exas. quiserem, farei a leitura do requerimento.

O Deputado Carlin Moura* - Estou com ele em mãos, Sr. Presidente. Sr. Presidente, encaminharei contrariamente ao requerimento subscrito pelo Deputado Rômulo Viegas, em que solicita o regime de urgência na tramitação do Projeto de Lei nº 5.092/2010, que cria e altera cargo na estrutura da carreira de Agentes de Segurança Penitenciários.

Sr. Presidente, nosso encaminhamento contrário à aprovação do requerimento se esbarra não necessariamente no mérito, mas na forma. Não há como entrarmos no mérito, porque a forma como o requerimento foi apresentado, no nosso modo de compreender, é nula de pleno direito. Sr. Presidente, por força da Maioria, pode-se, sim, fazer, em determinadas votações, prevalecer a vontade da Maioria. No entanto, o que não se pode é cercear o direito da Minoria. Não se pode, em nome da Maioria, tomar decisões unilaterais, inclusive violando um órgão em pleno funcionamento nesta Casa, o Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes é um órgão institucional, previsto no Regimento, que tem a participação de todos os Líderes dos partidos e dos blocos parlamentares desta Casa. O referido colégio pode tomar decisões? Sim, mas não podem ser secretas, unilaterais. Se a Maioria quer derrotar a Minoria, chame o Líder da Minoria e do Bloco Minas Sem Censura e submeta à votação em regime de urgência. Da forma como foi feita, Sr. Presidente, nosso direito foi cerceado. Não temos condições de discutir aqui o regime de urgência de uma coisa que não conhecíamos previamente. Isso é nulo de pleno direito, Sr. Presidente.

O art. 73 do Regimento Interno desta Casa, que fala justamente sobre o Colégio de Líderes, determina que o acordo de Líderes não será recebido se visar a alterar a essencialidade do processo legislativo. Vejo que isso está ocorrendo, ou seja, estamos violando, alterando a lógica de funcionamento do Parlamento. Não tenho como...

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, pediria a V. Exa. que se ativesse ao encaminhamento do requerimento, pois não está em discussão o Regimento Interno.



O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, encaminhamos contrariamente a votação do requerimento, porque está viciado na sua forma.

Não podemos entrar no mérito daquilo que consideramos que está viciado na forma. Precisamos primeiramente resolver o problema da forma. É importante que o Colégio de Líderes se reúna agora e venha explicar o porquê da importância do regime de urgência para a doação do terreno à Vale do Rio Doce. Além disso, por que a questão dos Agentes Penitenciários é mais importante, por exemplo, que a dos professores da rede estadual e por que esses projetos serão votados e não outros? Nós, da Minoria, não podemos aceitar isso, porque é unilateral. O Colégio de Líderes não se reuniu e não foi convocado.

Deputados e Deputadas, servidores e servidoras presentes na galeria e todos que estão nos ouvindo, uma coisa é uma decisão separada de cada Líder - aliás, cada Líder aqui pode realmente chamar um ou outro e combinar alguma coisa. Agora, o Colégio de Líderes tem de ser comunicado. O nosso Líder não foi comunicado, nem o Líder da Minoria. Essa é uma decisão unilateral que inviabiliza a discussão do mérito do requerimento. Do mérito; é um precedente grave. Então isso não contribui. Estamos a uma semana do encerramento dos trabalhos parlamentares. Nós, do bloco da Minoria, queremos construir o consenso, o acordo e aquilo que possa avançar. Agora não será dessa forma. Aliás, a forma do ferro e fogo não serve, não resolve nada e estremece os ânimos.

Sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, precisamos...

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, estamos encaminhando a votação do requerimento do Deputado Rômulo Viegas sobre o qual o Plenário é soberano para decidir. Então, não é o momento de ficar discutindo Regimento Interno.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, peço-lhe que preste atenção ao meu pronunciamento, porque estou encaminhando contrariamente à aprovação do requerimento que está submetido a uma forma equivocada e errada. O procedimento que possibilitou esse requerimento chegar ao Plenário da Casa é unilateral e nulo de pleno direito porque, como estamos afirmando aqui, o Colégio de Líderes não foi convocado nem avisado para esse tal fim, a fim de que pudesse prevalecer a força da Maioria. Há uma nulidade de pleno direito, Sr. Presidente, e essa nulidade não pode ser desconsiderada. Se querem discutir o requerimento da urgência, vamos discuti-lo, mas não dessa forma, ou seja, de forma unilateral. Aliás, queremos discutir com mais cautela qual é a importância desse projeto vir na frente de outro. Queremos, sim, votar a questão da nova carreira dos Agentes Penitenciários, assim como o reajuste da Polícia Militar. Agora há outras questões tão importantes quanto essas na pauta desta Casa, Sr. Presidente. O Colégio de Líderes serve justamente para isso, para construir consensos e estabelecer uma pauta mínima.

Portanto, quando se viola esse princípio, ao não se convocar o Colégio de Líderes, qualquer um que esteja nos ouvindo nos compreenderá perfeitamente. Como deliberarei sobre uma decisão de um órgão em uma reunião que não houve, que não foi convocada? Os Líderes Rogério Correia e Sávio Souza Cruz não sabiam da reunião nem quem deliberaria sobre tal tema. Então, eu, como um Deputado liderado por eles, não posso concordar com isso, Sr. Presidente. Na verdade, não significa que não queiramos construir aqui o consenso e arrumar uma maneira de acabarmos bem o semestre legislativo, uma forma negociada, do diálogo e do bom caminho. Não será de forma unilateral nem violando o direito da Minoria de saber o que se está votando e de ser convocada para as reuniões que conseguiremos isso.

O Colégio de Líderes não é um órgão de um ou de outro, mas é um órgão institucional. Não temos direito de escolher quem convocamos ou deixamos de convocar para uma reunião de Colégio de Líderes. É direito de todos os Líderes comparecerem. Os Deputados Rogério Correia e Sávio Souza Cruz não compareceram à reunião do Colégio de Líderes simplesmente porque ela não foi convocada. Ela não existiu. Isso é um precedente grave, que viola o princípio democrático do Plenário, viola o princípio da Minoria. Então, não tenho como discutir o mérito do requerimento porque ele está viciado, está nulo, ele tem o vício da forma. Não podemos compactuar com isso. Isso é um precedente grave, que não ajuda em nada, Sr. Presidente.

Nesse sentido, faço um apelo, novamente, não à Mesa, mas ao Colégio de Líderes, para que peça a suspensão dos trabalhos do Plenário, volte a se reunir separadamente e tente construir uma pauta consensual, tente explicar para o Líder da Minoria e para o bloco da Oposição o porquê da importância desses dois requerimentos. E, se não convencê-los, que os derrote no voto, mas numa reunião convocada, numa reunião transparente, aberta, pública, republicana. Não podemos voltar aqui aos idos anos de chumbo, quando as decisões da Casa se faziam às escondidas, nos bastidores. Isso não aceitamos de forma alguma. Querem derrotar a Minoria, que a derrotem às claras, com transparência, que derrotem com regras.

Por isso, Sr. Presidente, encaminho contra a aprovação desse requerimento, porque, na forma, ele está viciado e viola o princípio constitucional da Minoria: o de saber porque está sendo derrotada. Todos nós temos o direito de saber porque estamos sendo derrotados ou porque estamos sendo vitoriosos. Não será com a força unilateral da Maioria que construiremos o consenso. Encaminho contrariamente à aprovação desse requerimento, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ulysses Gomes* - Sr. Presidente, quero aqui manifestar, primeiramente, a minha indignação e o encaminhamento contrário à votação do requerimento de autoria do Deputado Rômulo Viegas que solicita, em caráter de urgência, a votação do Projeto de Lei nº 2.109.

Primeiro, meus amigos e amigas, Deputados e Deputadas, ontem, incansavelmente, passamos todo o dia reunidos com movimentos grevistas, com lideranças das categorias, com o Líder do Governo, o Deputado Luiz Humberto, e com o Deputado Mauri Torres. Há pouco, na manifestação que fiz nesta tribuna, eu os elogiava pela disposição ao diálogo, pela disposição em procurar um consenso dentro de um diálogo aprofundado com as categorias, na abertura dos debates e durante todo o dia. Reunimo-nos às 9 horas, às 11 horas, às 15 horas com o nosso Bloco, às 16 horas, às 17 horas e às 18 horas. Ontem saí desta Casa às 20 horas, com toda a disposição para o diálogo. Houve um bom encaminhamento no caso do Ipsemg, a reunião sobre a área da saúde teve continuidade hoje, pela manhã. Infelizmente, no caso da educação, ainda não houve consenso, mas nem por isso houve da nossa parte a indisposição para o diálogo, para se construir um entendimento.

Fui, nesse momento, totalmente surpreendido por esse requerimento. Não que esteja irregular, que não esteja no Regimento Interno, mas, pelo contrário, como bem disse aqui o Deputado Carlin Moura, pela forma como foi encaminhado. Sou Vice-Líder do Bloco



Minas sem Censura, participei de todas as conversas nas negociações realizadas ontem e em nenhum momento esse pedido de urgência, relativo a qualquer um dos projetos de lei aqui citados, foi colocado na pauta de discussão. Não digo que é irregular a disputa de forças nesta Casa, mas falo da nossa disposição de fazer com que os projetos estejam claros - e ninguém aqui está dizendo que não quer jogar tal jogo. Vejo aqui o Deputado Marques Abreu, ex-atleta, que jogou futebol por muito tempo e, como todos nós, sabe que todo time sabe contra qual adversário jogará a próxima partida. Não estamos aqui querendo fugir do jogo. Se a Situação tem maioria para votar e quer jogar o jogo dessa forma, vamos jogar.

Precisamos saber o que vai acontecer nesta Casa, pois fomos surpreendidos por essa atitude que destoa de como vínhamos dialogando. É isso que está em discussão. Então, Sr. Presidente, quero encaminhar contrariamente a esse pedido de urgência e reiterar o pedido de tempo do nosso Líder, Deputado Rogério Correia, para reunirmos novamente os Líderes e discutirmos a questão. Não podemos deixar que nesta Casa prevaleça o jogo da Minoria, e muito menos o da Maioria, se é esse o discurso feito nesta Casa.

Na hora do almoço, tive a grata satisfação de encontrar o ex-Presidente desta Casa, ex-Deputado, o Vice-Governador Alberto Pinto Coelho. Estavam comigo o Deputado Duarte Bechir e o Deputado Doutor Wilson Batista. Esperávamos o elevador, e o Vice-Governador se dirigiu a mim falando da importância de tentarmos buscar um diálogo. Ele disse que a Oposição não pode deixar que não se vote nada nesta Casa. Concordo com ele. O mesmo entendimento, o mesmo consenso e a mesma disposição para o diálogo manifestados por ele da minha parte também poderia haver. Portanto quero pedir aos Líderes do Governo, os quais elogiava anteriormente, o Deputado Luiz Humberto e o Deputado Mauri Torres, que até ontem se dispuseram a dialogar, que continuem dispostos. Há pouco consultei o Deputado Rogério Correia, e, até o momento em que participei das conversas, não encerramos o processo de diálogo e negociação nesta Casa. A situação fica extremamente difícil e não é saudável nem salutar a esta Casa que se passe o trator, prevalecendo a força da Maioria em detrimento da Minoria.

O Deputado Rogério Correia muito bem comentou a disposição do nosso Bloco em dialogar e encontrar um consenso. Registre, e volto a registrar, a disposição que tivemos ontem de negociar e o bom encaminhamento que conseguimos no caso do Ipsemg e da saúde. E por que não avançarmos um pouco mais na educação?

Então, Sr. Presidente, esse pedido de urgência não só atropela o processo de diálogo que estamos tendo na Casa, como traz à discussão um projeto de lei que, nesta tribuna, eu já levantava. Trata-se do Projeto de Lei nº 2.109, para o qual está sendo pedido caráter de urgência e que reajusta os valores das tabelas de vencimento-base das categorias que menciona. Algumas delas são os Agentes Penitenciários e, no caso da segurança pública, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros. Infelizmente, esse Bloco de categorias não inclui os auxiliares, os servidores administrativos da defesa social - os técnicos da defesa social e os analistas da defesa social. A proposta de extensão do reajuste a essa categoria foi apresentada por meio de uma emenda do Deputado Sargento Rodrigues em várias comissões, mas não foi aceita pelo governo. Não há concordância nem mesmo quanto ao projeto de lei, e há quem defenda a urgência da votação do projeto.

Quero registrar a importância da retirada desse requerimento para aprofundarmos o diálogo. Precisamos de tempo não apenas para a votação do projeto, mas também para discutirmos o seu mérito, com o qual não há concordância. Parte da categoria não está sendo atendida. O governo não pode, não deve e não deveria cometer essa injustiça com parte dessa categoria, que presta o serviço prisional de segurança pública no Estado. Ela não está sendo atendida nesse projeto de lei que reajusta os salários desses profissionais.

Portanto, apelo, com indignação, para que haja entendimento entre os Líderes desta Casa a fim de que seja retirado esse requerimento de pedido de urgência. Só assim manteremos um bom diálogo, salutar, democrático, para nos aprofundarmos, de forma coerente, em cada projeto de lei.

Deputado Rogério Correia, quero parabenizar V. Exa. e registrar a competência com que vem exercendo a liderança do nosso Bloco Minas sem Censura. Com muita honra, como Vice-Líder desse Bloco, tenho acompanhado essas questões em um diálogo permanente com o governo. Nas poucas vezes em que tive oportunidade de estar com o Governador, senti não só sua competência - todos já a conhecem -, mas também a disposição para o diálogo. Há algum equívoco no processo de liderança deste governo. Até então os Líderes desta Casa mostravam abertamente a disposição para o diálogo.

Mas hoje agem de forma truculenta, talvez para demonstrar a esperteza e a força que, como todos sabemos, tem a Maioria do governo nesta Casa - quando quer, consegue votar. Não é esse o processo democrático que queremos implementar nesta Casa. O que queremos é um processo de diálogo permanente, de consenso, e é o que esperamos de todos, seja da parte do Líder do nosso Bloco Minas sem Censura, de que sou Vice-Líder, seja da parte do Líder da Minoria ou do Colégio de Líderes. Aproveito para conclamar todos os Deputados e Deputadas a seguirem o exemplo da minha disposição de dialogar sempre - nas comissões, nos bastidores, nas discussões sobre projetos de lei ou mesmo neste Plenário. Sempre estou disposto ao diálogo, mas não dessa forma, porque, depois de passarmos o dia inteiro negociando, com a disposição ao diálogo e à conversa, chegamos aqui e somos "tratorados" e enganados desta maneira.

Acho que ainda vamos discutir muito hoje, mas, sinceramente, saio daqui indignado. Neste primeiro semestre, tivemos cinco meses de discussões, de votações e acordos nesta Casa, e eu não esperava terminá-lo dessa forma. Lembrando da maneira saudável como, durante esses meses, construímos harmoniosamente a relação entre Oposição e Situação nesta Casa, registro com total indignação a minha manifestação contrária a essa votação, pedindo mais uma vez aos Líderes do Governo que busquem o entendimento e retirem esse requerimento de votação para que possamos retomar o diálogo. Na hora que for preciso, quando o diálogo não for mais possível, que joguemos o jogo, mas sabendo com quem vamos jogar. O que não podemos é jogar sem saber com quem jogamos ou com aqueles que fazem simplesmente o jogo da esperteza. Ninguém está dizendo que o Regimento está irregular e que a forma como procederam está errada, mas a maneira como agiram certamente foi errada. O Colégio de Líderes, de que faço parte, por exemplo, não foi comunicado. O que aconteceu foi exatamente o contrário, e termino lembrando isso mais uma vez: ontem, participamos por todo o dia, com total disposição, da manhã à noite, de diálogos permanentes na busca de um consenso, mas fomos surpreendidos por esse requerimento. Assim, com muita indignação, peço a compreensão dos Deputados e Deputadas, sobretudo dos Líderes, para que seja revista a proposta de votação desse requerimento em urgência e seja aberto aqui novamente o diálogo, a negociação. Obrigado.



* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, também estou muito preocupado com o encaminhamento desse requerimento nesta Casa. Quero dizer a V. Exa., aos companheiros Deputados e aos Líderes na Casa que o nosso bloco não está fazendo uma oposição vã. Pode parecer que fazemos uma oposição de birra, mas não é assim. Neste momento, não queremos discutir apenas se o requerimento é correto ou não, se está respaldado no Regimento ou não. Fato é que em nenhum Parlamento se procede à votação de qualquer matéria utilizando-se desses instrumentos.

A não participação do Bloco Minas sem Censura e do Líder da Minoria, que não subscrevem esse requerimento que vem à Mesa, demonstra que acabou o diálogo. Mas acho que o diálogo ainda não acabou; ainda temos espaço para negociar. Não se trata de um posicionamento fechado do nosso Bloco em relação ao fim das negociações; o que queremos é dar continuação ao diálogo. Aliás, ontem foram realizadas várias reuniões para que chegássemos a um acordo e procedêssemos às votações hoje. Ainda não chegamos a isso, mas estou confiante em que ainda podemos buscar um acordo que resolva os problemas que estão parando as votações neste Plenário e que são do conhecimento de todos.

* - Sem revisão do orador.



TRANSCRIÇÃO

CARTA DE DILMA ROUSSEFF A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO POR OCASIÃO DOS SEUS 80 ANOS*

Em seus 80 anos há muitas características do senhor Fernando Henrique Cardoso a homenagear.

O acadêmico inovador, o político habilidoso, o ministro-arquiteto de um plano duradouro de saída da hiperinflação e o presidente que contribuiu decisivamente para a consolidação da estabilidade econômica.

Mas quero aqui destacar também o democrata. O espírito do jovem que lutou pelos seus ideais, que perduram até os dias de hoje.

Esse espírito, no homem público, traduziu-se na crença do diálogo como força motriz da política e foi essencial para a consolidação da democracia brasileira em seus oito anos de mandato.

Fernando Henrique foi o primeiro presidente eleito desde Juscelino Kubitschek a dar posse a um sucessor oposicionista igualmente eleito.

Não escondo que nos últimos anos tivemos e mantemos opiniões diferentes, mas, justamente por isso, maior é minha admiração por sua abertura ao confronto franco e respeitoso de ideias.

Querido presidente, meus parabéns e um afetuoso abraço!

Dilma Vana Rousseff.

* - Transcrito nos anais a requerimento do Deputado Sebastião Costa.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/7/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Arantes

exonerando Juliano Lamounier Arriel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Izabela Marques Ribeiro do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Melissa Marques Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lavanderia Lavsec Rápido Ltda. Objeto: lavagem, passagem e esterilização de roupas, tapetes e fitas. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação, por 12 meses, com reajuste do preço. Vigência: de 21/8/2011 até 20/8/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/7/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/7/2011, na pág. 104, col. 2, sob o título “Leitura de Comunicações”, onde se lê:

“1.514/2011, do Deputado Hely Tarquínio”, leia-se:

“ 1.514/2011, do Deputado Hely Tarquínio, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça”.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/7/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 12/7/2011, na pág. 63, col. 4, onde se lê:

“Projetos de Lei nºs 856, 1.311, 1.514, 1.534 e 1.629/2011, que receberam parecer por sua aprovação”, leia-se:

“Projetos de Lei nºs 856, 1.311, 1.534, 1.629 e 1.514/2011, que receberam parecer por sua aprovação, o último com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça”.

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/7/2011, na pág. 56, col. 3, sob o título “REQUERIMENTOS”, no requerimento do Deputado Duarte Bechir, onde se lê:

“Frente Parlamentar das Apaes”, leia-se:

“Frente Parlamentar em Defesa das Apaes”.

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.231/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 16/7/2011, na pág. 67, col. 4, na ementa, onde se lê:

“Departamento de Estradas de Rodagem”, leia-se:

“Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais”.